



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**1193/2018**

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A. - BHTRANS, através do seu Presidente, Sr. Célio de Freitas Bouzada, pedido de informação sobre o número e o valor das multas aplicadas às empresas concessionárias do transporte coletivo do município de Belo Horizonte, pela ausência do cobrador, em descumprimento à Lei 10.526/2012 e ao Decreto 14.997/12, desde o início de sua vigência até os dias atuais.

Esse pedido de informação se justifica pelas inúmeras denúncias e reclamações dos usuários que têm chegado ao nosso conhecimento.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2018.

Vereador Wesley Autoescola

PRP

Ao Senhor

Vereador Jair Di Gregório

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

REQUERIMENTO ANALISADO

Proposição Inicial

Avulsos distribuídos em:

26 / 11 / 18

6-500

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**1194/2018**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG) pedido de informação sobre a existência de processo ou procedimento referente ao descumprimento das Leis 8.224/2001 e 10.526/2012 e Decreto 14.997/2012, que versam sobre a obrigatoriedade da presença dos cobradores nos veículos do serviço de transporte coletivo convencional de passageiros por ônibus do município de Belo Horizonte.

Este pedido de informação se justifica em razão das diversas denúncias sobre o descumprimento da legislação em apresso, no que tange a ausência de cobradores no transporte coletivo convencional desta capital. Além, das diversas fiscalizações realizadas em visitas técnicas por esta comissão terem flagrado o mesmo feito.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2018.

  
**Vereador Wesley Autoescola**

PRP

  
**Carlos Henrique**

PMN

**Fernando Luiz**

PSB

  
**Jair Di Gregório**

PP

**Elvis Côrtes**

PHS

Ao Senhor

Vereador Jair Di Gregorio

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

REQUERIMENTO ANALISADO  
Tipo: Proposição Inicial  
Em 26/11/18  
DIVAPC

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**

26 / 11 / 18

16-500  
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

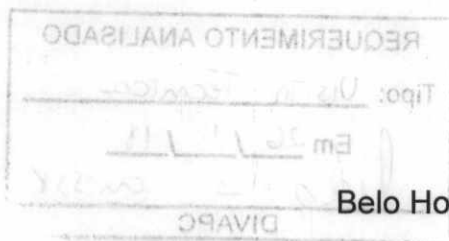
**1195/2018**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada visita técnica na rua Dom Aquino, esquina com a rua Doutora Mariza e Rua Padre Argemiro Moreira, no bairro Beira Linha, Belo Horizonte, no dia 12/12/2018, às 09h30min.

A realização desta visita técnica se justifica pela necessidade de verificar a condição em que se encontra a rua nesse trecho do cruzamento das vias supracitadas e quais intervenções podem ser feitas para melhorar o trânsito no local, tanto para melhorar o fluxo de veículos quanto para a segurança dos pedestres, uma vez que se trata de um cruzamento que possui uma elevação que dificulta a visibilidade dos transeuntes.

Sugiro que sejam convidados: Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social; Superintendente de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP); Subsecretária de Assuntos Institucionais; Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte(BHTRANS); Coordenadoria de Atendimento Regional Nordeste.



Belo Horizonte, 26 de Novembro de 2018.

Edmar Branco

Vereador - Avante  
**Edmar Branco**  
Vereador/Avante  
Líder da Bancada

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>26</u> / <u>11</u> / <u>2018</u>
<u>6-500</u>
Responsável pela distribuição

Ao Senhor(a)

Vereador(a) Jair Di Gregório

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## **PARECER EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 634 /2018 COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO**

### **RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei nº 634/2018, de autoria do nobre Vereador Professor Wendel Mesquita que “altera a permissividade de uso da Rua Conselheiro Quintiliano Siva” sendo submetido ao crivo desta Comissão, conforme o art. 52, V, “c” do Regimento Interno, que trata de planejamento do sistema viário. Passo à fundamentação.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 634/2018 dispõe sobre a permissividade de uso da Rua Conselheiro Quintiliano Silva, na altura do nº 02 até o nº 92, localizada no bairro Santo Antônio e visa a alteração da classificação da permissividade de uso do referido trecho de Via Preferencialmente Residencial – VR para Via de Caráter Misto – VM. Segundo o autor da proposta, a mudança se faz necessária para adequar a real característica da via, afastando as dificuldades vividas pelo comércio local.

A Lei 7.166/96, que estabelece as normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belo Horizonte, em seu art. 112, inciso II, exige que as alterações quanto à classificação das vias segundo a permissividade de usos não residenciais somente se efetivarão mediante parecer prévio favorável do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR.

Considerando tal requisito, cabe esclarecer que na 173ª Reunião Ordinária realizada, em 31 de maio de 2012, pelo COMPUR foi aprovado parecer técnico contrário a alteração proposta pelo projeto de lei em questão, definindo que o referido trecho da Rua Conselheiro Quintiliano Silva classifica-se como Via Preferencialmente Residencial, onde se busca preservar a ambiência residencial. Dessa forma, o Projeto de Lei nº 634/2018 não atende ao requisito estabelecido pela Lei 7.166/96.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Além disso, a referida Lei 7.166/96 determina que as vias de caráter misto admitem, sob condições, a instalação de atividades econômicas do Grupo III, o qual corresponde a atividades que se destinam à produção de objetos de maior complexidade ou a serviços mais impactantes e que, por sua vez, têm potencial de geração de incômodos de maior relevância e maior atração de veículos e pessoas. Diante disso, a referida alteração ensejará a instalação de atividades em grande parte incompatíveis com a via, a qual se destaca por ser eminentemente local.

Ademais, destacamos que a Secretaria Municipal de Política Urbana, em resposta à diligência apresentada por meio de comissão, manifestou-se contrária a alteração proposta no projeto de lei em questão, conforme apresentado nas fl. 21 a 24.

Feitos os ponderamentos, no tocante a competência *desta Comissão*, conforme o art. 52, V, "c", do *Regimento Interno*, entendemos que a proposição não deve prosperar.

### CONCLUSÃO

Pelo exposto, opino pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 634/2018.

Belo Horizonte, 22 de novembro de 2018.

**Fernando Luiz**  
**Vereador Relator**

